

Gaspar Martins Pereira – Recensão de *A Guerra que Portugal quis esquecer* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 253-255. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2rec

***A Guerra que Portugal quis esquecer*. Manuel Carvalho. Porto: Porto Editora, 2015, 270 pp., ISBN 978-972-0-06183-6**

Gaspar Martins Pereira
FLUP-CITCEM
gpereira@letras.up.pt

Na vasta bibliografia sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, contam-se pelos dedos as referências historiográficas sobre os confrontos bélicos entre as tropas portuguesas e alemãs, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique, geralmente subalternizados face às campanhas militares em território europeu. Daí a oportunidade e o interesse deste livro do jornalista e historiador Manuel Carvalho, *A Guerra que Portugal quis esquecer*, que conjuga a beleza literária da narrativa e o ritmo intenso, muito próximo da reportagem, com o rigor da investigação histórica, para criar uma síntese impressionante sobre a guerra de 1914-18 em Moçambique.

Partindo de memórias de combatentes, Manuel Carvalho não se limitou ao registo impressivo dessas perspectivas pessoais, por vezes contraditórias, mas carregadas de emoção. Cruzou-as e interpretou-as, confrontou-as com memórias de inimigos e aliados, estudou os contextos em que foram produzidas, as representações dos acontecimentos e da propaganda de guerra em diversos órgãos da imprensa da época e, ainda, as versões dos relatórios militares.

Como bom repórter, visitou os lugares da guerra, calcorreou milhares de quilómetros no Norte de Moçambique e reconstituiu os percursos das operações militares de há cem anos, os locais de fortes e acampamentos, os trilhos e zonas de emboscadas. E sondou a memória colectiva, através de entrevistas a anciãos, em locais-chave dessa guerra desastrosa, Namoto, Palma, Nevala, Macímboa da Praia, Quionga, Negomano...

Ao contrário da participação do Corpo Expedicionário Português nas trincheiras da Flandres, a guerra contra os alemães no Norte de Moçambique foi votada ao esquecimento, apesar de envolver várias expedições militares, somando mais de 20 mil homens, além de milhares de soldados indígenas e uns 100 mil carregadores. Nessa guerra, com os sucessivos desastres militares, de que Manuel Carvalho nos oferece uma narrativa quente e circunstanciada, morreram mais soldados portugueses do que na Flandres, «não tanto pelo poder de fogo dos alemães, mas principalmente por causa da

Gaspar Martins Pereira – Recensão de *A Guerra que Portugal quis esquecer* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 253-255. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2rec

impreparação e falta de treino, da incúria com a alimentação e o vestuário, da insensibilidade dos comandantes, da sede, do paludismo e da disenteria» (Carvalho, 2015: 18). No que terá sido «o mais fantástico atoleiro da história militar portuguesa moderna», na expressão do historiador René Pélissier, citado por Manuel Carvalho, terão tombado mais de 2 mil soldados idos da metrópole e muitos mais terão ficado inválidos, em derrotas continuadas, desde o ataque de Maziúá, logo em Agosto de 1914, até Namacurra, em Julho de 1918. Leia-se Manuel de Carvalho, que questiona, aliás, a veracidade dos números: «Mais de dois mil portugueses da metrópole morreram na Primeira Guerra Mundial em Moçambique, de acordo com as estatísticas oficiais. Dois em cada dez dos que partiram de Lisboa. Poucos por combate, a esmagadora maioria por efeito do desmazelo com as regras de higiene alimentar e das doenças. Há dúvidas sobre a objectividade destes números, que, por exemplo, apontam para a morte em combate de apenas 16 oficiais e 38 soldados. Vale a pena recordar que 400 praças do Regimento de Infantaria n.º 21 estavam desaparecidos quando o batalhão regressou à metrópole. Há que considerar os três oficiais e 30 soldados mortos na travessia de Namaca; as divergências sobre os portugueses mortos em Mahuta ou em Negomano; a ausência de informações sobre o número de vítimas mortais na serra Mecula. O número oficial é por isso muito pouco fiável. / Já quanto às mortes dos soldados indígenas, apenas se podem fazer projecções. E sobre as perdas de vida entre os carregadores apenas se pode imaginar o que terá acontecido. Quantos terão morrido de fome, de sede, de exaustão, de maus-tratos, é impossível saber. [...] Na Conferência de Paz, em Paris, em 1919, Portugal avançou com uma estimativa de 120 mil mortos entre os habitantes do norte de Moçambique. Mas é provável que haja aqui algum exagero destinado a inflacionar o valor da indemnização que se estava a pedir à Alemanha» (Carvalho, 2015: 242).

Manuel de Carvalho não se limita a descrever, minuciosamente, a evolução das operações militares, entre 1914 e 1918, por vezes com recurso a cartografia, situando as posições e os percursos das forças em combate. Analisa a preparação das expedições militares, os efectivos e os equipamentos, as condições do terreno, as relações com os povos indígenas e sua integração como transportadores ou combatentes, as chefias militares e suas relações com as chefias políticas, os perfis e carreiras de alguns oficiais, a condição física e moral das tropas, os quotidianos, as doenças, os medos, as atitudes de

Gaspar Martins Pereira – Recensão de *A Guerra que Portugal quis esquecer* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 253-255. DOI: 10.21747/0871164X/hist8_2rec

covardia e de heroísmo, de humanidade ou de brutalidade. E, tudo isso, sem esquecer o contexto nacional e internacional que envolveu as políticas africanas, desde finais do século XIX, bem como as estratégias diplomáticas dos governos portugueses, em especial no tempo da República e da Guerra, para manter a posse das colónias.

Nos dois últimos parágrafos, Manuel Carvalho condensa a ideia que atravessa todo o livro, uma «guerra que Portugal quis esquecer», entendida como um fracasso militar da República e da potência colonial portuguesa: «No final da guerra, Portugal conservaria as suas colónias, um dos principais objectivos estratégicos da jovem República, mas, nas matas de Cabo Delgado ou nos pântanos do Rovuma, perderia a sua glória colonial. Estava, pois, na hora de a recuperar, esquecendo a balbúrdia na preparação das expedições, os erros crassos dos comandantes, a narrativa de uma campanha na qual, ao contrário dos belgas que se bateram com garra e tiveram como recompensa os ricos territórios do Ruanda e do Burundi, os portugueses deram de si uma pálida imagem de potência colonial. Depois do desastre, era mais conveniente passar um pano pelo que aconteceu e prestar homenagem aos poucos que, apesar de tudo, se bateram com coragem e determinação». E, simultaneamente, uma guerra, em que se destacaram gestos de coragem e de heroísmo, cuja memória o jornalista/historiador quis resgatar: «Houve muitos. Como o cabo Sahide, dos corpos indígenas, que mergulhou nas águas do Rovuma infestadas de crocodilos para salvar a vida de um tenente. Como Viriato de Lacerda, na serra Mecula. Como o capitão Francisco Curado, que se tornou uma lenda e mereceu o pouco feliz cognome de “Condestável do Rovuma”. Ou como Manuel de Oliveira, tenente do 24, que pede “licença para ir morrer a Nevala” e deixa uma carta à mulher, Branca, datada de 26 de novembro de 1916, na qual lhe confia: “Tenho muito a contar-te, mas apenas te vou dizer o seguinte: tenciono ir amanhã para Nevala, onde se encontram forças cercadas pelo inimigo há já cinco dias, sem terem que comer e sem terem que beber. Só receberás esta carta se Deus quiser que eu lá fique. Ninguém me manda ir em auxílio dos nossos. Sou eu que vou por minha livre vontade. Se morrer, morro feliz. A divina Providência velará por ti e por nossos filhos. Recebe o último abraço do teu Manuel que vai sacrificar a vida para remir as faltas de muitos”» (Carvalho, 2015: 246).